

Geradora Eólica
Bons Ventos da
Serra I S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 Dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.**
Fortaleza - Ceará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adoção inicial do CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 Leases)

Ver Nota Explicativa nº 9 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia mantém compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos de terrenos onde encontram-se os parques eólicos.</p> <p>O novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 – Leases), que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, requer o reconhecimento do ativo, assim como do passivo de arrendamento. Para reconhecimento e mensuração destes contratos, a Companhia exerce julgamento q utiliza premissas, tais como: i) determinação da taxa de desconto de cada contrato de arrendamento; ii) determinação dos prazos de cada contrato de arrendamento, o que inclui a avaliação sobre direitos de renovações e/ou rescisões antecipadas; iii) identificação dos componentes de arrendamento e daqueles que são não arrendamento dentro de um mesmo contrato.</p> <p>Devido a representatividade financeira dos contratos, ao julgamento necessário para determinação do prazo de arrendamento, e às incertezas relacionadas às premissas utilizadas no processo de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato das variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– O entendimento do desenho dos controles implementados pela Companhia para adoção do CPC 06 (R2).– A avaliação, com o auxílio de especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas.– Para uma amostra dos contratos, comparamos os prazos de arredamentos e valores considerados na mensuração desses contratos, bem como avaliamos se é razoavelmente certo que a Companhia exercerá as renovações contratuais. Adicionalmente para essa mesma amostra avaliamos a segregação entre os componentes de arrendamento e daqueles que não são arrendamento dentro de um mesmo contrato.– Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras atendem os requerimento da norma. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

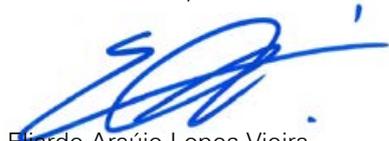
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	752	48	Fornecedores		545	643
Depósitos vinculados	7	651	319	Empréstimos e financiamentos	10	3.015	2.905
Contas a receber	5	1.314	1.218	Debêntures	10	1.593	1.258
Impostos a recuperar		71	93	Encargos tributários e trabalhistas		296	341
Despesas antecipadas	6	114	101	Arrendamentos a pagar	9	358	-
Outros ativos		33	98	Provisão para ressarcimento de energia	11	1.110	2.140
Total do ativo circulante		2.935	1.877	Outras contas a pagar		1	1
				Total do passivo circulante		6.918	7.288
Depósitos vinculados	7	6.925	8.308	Dividendos a pagar	19	55	55
Imobilizado	8	115.857	113.298	Empréstimos e financiamentos	10	31.912	33.649
Total do ativo não circulante		122.782	121.606	Debêntures	10	12.743	12.743
				Arrendamentos a pagar	9	8.312	-
				Outras contas a pagar		4	8
				Provisão para desmobilização	12	1.520	1.482
				Total do passivo não circulante		54.546	47.937
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		80.212	80.212
				Prejuízos acumulados		(15.959)	(11.954)
				Total do patrimônio líquido		64.253	68.258
Total do ativo		125.717	123.483	Total do passivo e patrimônio líquido		125.717	123.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2019	2018
Receita líquida de vendas	14	13.609	11.896
Custo das vendas	15	<u>(11.712)</u>	<u>(11.872)</u>
Lucro bruto		1.897	24
Despesas gerais e administrativas	16	<u>(1.081)</u>	<u>(1.154)</u>
Resultado antes das receitas financeiras, líquidas e impostos		816	(1.130)
Receitas financeiras		447	557
Despesas financeiras		<u>(5.268)</u>	<u>(6.447)</u>
Resultado financeiro líquido	17	(4.821)	(5.890)
Resultado antes dos impostos		(4.005)	(7.020)
Imposto de renda e contribuição social	18	<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(4.005)</u>	<u>(7.020)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(4.005)	(7.020)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(4.005)</u></u>	<u><u>(7.020)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2018	<u>80.212</u>	<u>(4.934)</u>	<u>75.278</u>
Prejuízo do exercício	-	(7.020)	(7.020)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>80.212</u>	<u>(11.954)</u>	<u>68.258</u>
Prejuízo do exercício	-	(4.005)	(4.005)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>80.212</u>	<u>(15.959)</u>	<u>64.253</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(4.005)	(7.020)
Ajustes para:			
Depreciação	8	5.892	5.892
Amortização direito de uso de arrendamentos	8	228	-
Despesa financeira com direito de uso de arrendamentos	17	82	-
Rendimento de aplicação financeira	17	(441)	(540)
Juros provisionados	10	4.915	5.192
Baixa de imobilizado	8	115	123
Provisão para ressarcimento de energia		1.367	1.110
		<u>8.153</u>	<u>4.757</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(96)	37
Despesas antecipadas		(13)	1.660
Impostos a recuperar		22	-
Outros ativos		65	(32)
Fornecedores a pagar		(98)	89
Provisão para ressarcimento de energia		(2.397)	-
Fianças a pagar		-	(1.580)
Outras contas a pagar		(4)	-
Encargos tributários e trabalhistas		(45)	(32)
		<u>5.587</u>	<u>4.899</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	10	(2.952)	(3.098)
Pagamento de juros de debêntures	10	(1.328)	(1.271)
		<u>1.307</u>	<u>530</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Depósito vinculado		1.492	838
Aquisição de imobilizado	8	(27)	(152)
		<u>1.465</u>	<u>686</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Recursos provenientes de novos financiamentos		-	105
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(1.744)	(1.502)
Pagamento de debêntures - principal	10	(144)	-
Pagamento de arrendamentos	9	(180)	-
		<u>(2.068)</u>	<u>(1.397)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento			
Redução de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>704</u>	<u>(181)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		48	229
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>752</u>	<u>48</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>704</u>	<u>(181)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. (“BVS” ou “Companhia”), sociedade de propósito específico, com sede na cidade de Fortaleza, CE, e filial na Fazenda Malhadinha I no município de Ibiapina-CE, constituída em 12 de julho de 2011, tem por objetivo social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a Central Geradora Eólica Malhadinha I, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente da Central Geradora Eólica Malhadinha I e quaisquer outros direitos relacionados à essa atividade, ligados exclusivamente à Central Geradora Eólica Malhadinha I.

A Central Geradora Eólica Malhadinha I, de propriedade da Companhia, vendeu 12 MW no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 18 de agosto de 2011, conforme o Edital de Leilão nº 03/2011-ANEEL.

A Companhia é uma *join venture* controlada pelos acionistas Darby Servtec Energia – Fundo de Investimentos em Participações. e a Brave Winds Geradora II S.A., cada um com 50% do capital social da Companhia.

Em dezembro de 2014, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido de aptidão para operar em face do atraso no sistema de transmissão de responsabilidade da concessionária CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que possui a concessão dos direitos de transmissão.

Em 9 de fevereiro de 2015 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a liberação da Companhia como apta para operar a partir de 30 de dezembro de 2014.

Em 21 de setembro de 2016, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.527, liberando as unidades geradoras da BVS para início das operações em fase de teste a partir de 22 de setembro de 2016.

Em 19 de outubro de 2016, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.793, autorizando o início das operações de geração a partir de 20 de outubro de 2016. Desde esta data, a Companhia está disponibilizando sua energia produzida.

A Gestão de capital da Companhia consiste na salvaguarda de sua capacidade de continuidade operacional. (Nota 21)

a. Capacidade Produtiva

A Companhia possui 1 (uma) usina geradora de energia eólica, situada no município de Ibiapina, no Estado do Ceará, constituída de 11 (onze) unidades geradoras de 2.1 MW, totalizando a potência instalada de 23,1 MW e de Garantia Física do contrato 12,8MW médios.

Central Geradora Eólica	Localização	Aerogeradores (Unidade)	Garantia física (MW)	Energia Vendida (MW)
Malhadinha I	Ibiapina	11	12,8	12,0

1.1 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro 2019, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 3.983 (em 31 dezembro de 2018, R\$ 5.411).

Conforme estimativas da Administração, esse capital circulante líquido negativo será normalmente revertido com a geração futura de caixa pela Companhia, decorrente de sua própria atividade.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui o saldo de R\$ 6.925 (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 8.308) em depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme apresentado na Nota 7, cujo saldo é superior ao capital circulante líquido negativo apresentado.

1.2 Resolução normativa

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica EOL Malhadinha I, com potência instalada de 23,1 MW/h. O prazo de autorização é de 35 anos, contados a partir da publicação da respectiva Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL ou a pedido da autorizada. Abaixo, detalhes da Resolução concedida pela ANEEL:

Usina	Resolução ANEEL	Data da publicação
EOL Malhadinha I	Portaria 228, de 10 de abril de 2012	16 de abril de 2012
EOL Malhadinha I	Resolução Autorizativa 4652, de 6 de Maio de 2014	13 de maio de 2014

1.3 Contrato de Energia de Reserva (CER)

O contrato de venda de energia foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 15 de agosto de 2012, por um prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade GWh/ano	Preço R\$/MWh Agosto/2011	Início da operação comercial	Final da operação comercial
EOL Malhadinha I	105,1	98,95	Jul/2014	Jun/2034

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de julho, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de setembro de 2011.

O contrato de venda de energia, mencionado anteriormente, contempla o recebimento da receita em parcela fixa mensal e, ao final de cada exercício de suprimento, uma parcela variável, conforme o volume de energia disponibilizado.

1.4 Outros aspectos relevantes

REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura

Com relação aos tributos de competência Federal, o Projeto estava enquadrado no REIDI (Lei nº 11.488/07), isentando o PIS-Importação e a COFINS-Importação nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura, e seus fornecedores nacionais de PIS e COFINS sobre as receitas de suas respectivas operações de venda ao projeto. Em 18 de julho de 2017 através

do Processo nº 10380.725.278/2017, foi solicitado o cancelamento da habilitação e a co-habilitação do benefício, haja vista o encerramento das obras de implantação do parque. A revogação foi declarada no Ato Declaratório nº 36, de 21 de julho 2017.

Regime Especial de Tributação

Em 4 de dezembro de 2014, foi publicado no DOU o Ato Declaratório Executivo nº 123 de 3 de dezembro de 2014, reconhecendo a opção da Companhia pelo regime especial de tributação relativamente à contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

Subvenções governamentais - Incentivo federal

A Sociedade é beneficiária de subvenções Federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de unidades de produção de energia renovável sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, esse incentivo fiscal é concedido pelo prazo certo de 10 (Dez) anos, para os empreendimentos que comprovarem, junto à SUDENE, a realização de investimentos na Região Nordeste do Brasil, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obter a contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento da região nordeste do país.

No ano de 2019 a Companhia obteve esse incentivo, válido até 2028. O valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste num montante equivalente ao resultado da aplicação do percentual de 75% (setenta e cinco por cento) sobre uma base de cálculo legalmente denominada de lucro da exploração (art. 1º da MP 2.199-14/01 e art. 1º do Decreto nº 6.539/2008).

A Administração cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, bem como, não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até então, entende-se que não foi descumprido qualquer condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas.

Licença ambiental e autorizações

Em 31 de dezembro de 2013, o projeto já possuía todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para implantação do parque. Em novembro de 2014, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (“SEMACE”) emitiu as licenças de operação do parque (nº.314/2014) e da linha de transmissão (nº.310/2014) com validade até novembro de 2018, cujo processo de renovação já foi concluído com as novas licenças de operação do parque (nº.714/2018) e da linha de transmissão (nº.693/2018) com validade até dezembro de 2022.

1.5 Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2020.

Após a sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.13** - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 8** - critérios para definição de vida útil do imobilizado: premissas sobre o período que os ativos irão gerar receita para a Companhia;
- **Nota 9** - critérios para definição de taxa de desconto;
- **Nota 11** - reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 11 e 14** – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto quanto ao item 3.1 a seguir.

3.1 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 a partir de 1º de janeiro de 2019.

Devido ao método de transição escolhido pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

a. CPC 06 Contratos de arrendamento

O CPC 06 (R2)– Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo), e o (ii) ativo objeto seja de baixo valor, como celulares e impressoras. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

Impactos da adoção inicial	Terrenos
Pagamentos de arrendamentos mínimos para os contratos	11.374
Impactos da taxa de desconto	<u>(2.607)</u>
Ativo de direito de uso	<u>8.767</u>
Passivo de arrendamento	<u>8.767</u>
Prazo médio contratual (anos)	38

Tais contratos serão remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais estão sendo reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. Por fim, a Companhia não espera impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (covenants). A seguir são demonstrados os impactos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no resultado (considerando os contratos identificados mencionados anteriormente):

Impactos na demonstração do resultado	2019
Despesas com depreciação e amortização	(228)
Despesas financeiras	<u>(82)</u>
Total - impacto na despesa líquida	<u><u>(310)</u></u>

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

3.2 Receita operacional

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, cuja receita operacional de comercialização de energia elétrica é reconhecida quando o cliente obtém o controle da referida energia. Não houve impacto quanto a forma de reconhecimento em exercícios anteriores

3.3 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja

razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

(iii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as

avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Considerando que a Companhia não possui ágio contabilizado em suas demonstrações financeiras, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.7 Financiamentos, empréstimos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, estão incluídos no custo do imobilizado em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme CPC 20 - Custos de Empréstimos, considerando os seguintes critérios para capitalização: a) O período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização; b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização ou, para aqueles ativos nos quais foram obtidos empréstimos específicos, as taxas destes empréstimos específicos; c) Os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e d) Os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil estimada determinados para o item ao qual foram incorporados.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos qualificados para capitalização.

3.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.9 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.10 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

(i) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.11 Capital social

Ações são classificadas como patrimônio líquido.

3.12 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

3.13 Arrendamentos

(i) ***Determinando quando um contrato contém um arrendamento***

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

(ii) ***Ativos arrendados***

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

(iii) ***Pagamentos de arrendamentos***

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas do IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de seguros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Bancos - conta movimento	1	1
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	751	47
	752	48

- (i) Estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancário (CDB), com remuneração fixada em 99% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os prazos para resgate são imediatos, com incidência de IRRF. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e possuem compromisso de recompra pelo emissor.

Uma análise quanto ao risco de crédito e de mercado está descrita na Nota 20.

5 Contas a receber

	2019	2018
Receita - CCEE (i)	1.314	962
Receita – geração superior (ii)	-	256
Total	1.314	1.218

- (i) A Companhia tem direito ao recebimento da receita fixa mensal a partir do período de entrega da energia contratada, conforme descrito na Nota 1. O efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à emissão do Despacho de aptidão para operar pela ANEEL, que ocorreu em dezembro de 2014.
- (ii) O saldo se refere ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de apuração do ano de suprimento compreendido entre junho e dezembro de 2018, entre a energia gerada e a energia contratada junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que será faturada conforme contrato de comercialização de energia elétrica.

6 Despesas antecipadas

A Companhia possui seguros referentes, por exemplo, à responsabilidade civil, riscos relacionados ao cumprimento de obrigações com transmissora e Operador Nacional do Sistema Elétrico, risco operacional e seguro de vida em grupo, que são apropriados ao resultado de acordo com o período de vigência e competência. Abaixo, composição:

	2019	2018
Seguros a apropriar	111	98
Fianças a apropriar	<u>3</u>	<u>3</u>
Total das despesas antecipadas a apropriar	<u>114</u>	<u>101</u>
Circulante	114	101
Não circulante	-	-

7 Depósitos vinculados

	2019	2018
Conta centralizadora (a)	651	319
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	1.158	1.216
Conta reserva serviço da dívida Debêntures (c)	778	722
Conta reserva de O&M (d)	455	444
Conta reserva especial (e)	4.534	5.824
Conta de pagamento de debêntures (f)	<u>-</u>	<u>102</u>
	<u>7.576</u>	<u>8.627</u>
Circulante	651	319
Não circulante	6.925	8.308

Refere-se a condições estabelecidas contratualmente decorrente do financiamento com o BNDES e do registro de emissão de debêntures, conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta centralizadora - conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no circulante.
- (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (c) Conta reserva serviço da dívida Debêntures - constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação vincenda do serviço da dívida de debêntures. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (d) Conta reserva de O&M - constituída pelo valor necessário para perfazer o equivalente a ¼ (um quarto) do valor anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (e) Conta reserva especial - constituída com recursos transferidos da Conta Centralizadora, após observada a ordem de pagamentos e transferências determinada pelo Contrato de Financiamento. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (f) Conta de pagamento de debêntures - constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação vincenda. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.

Os saldos são mantidos em contas de aplicação financeiras em renda variável, junto ao Fundo Soberano Simples FIC, cujos rendimentos, no exercício de 2019 e 2018, foram, respectivamente, de 6,26% a.a. e 9,89% a.a.

8 Imobilizado

O ativo imobilizado pode ser apresentado da seguinte forma:

	31/12/2017	Adição	Baixas	31/12/2018	Adição	Baixas	31/12/2019
Administração							
Máquinas e equipamentos	24	-	-	24	-	-	24
Equipamentos e processamentos de dados	16	-	-	16	-	-	16
Moveis e utensílios	41	-	-	41	4	-	45
Benfeitoria em imóveis de terceiros	33	-	-	33	-	-	33
Direito de uso de <i>software</i>	2	-	-	2	-	-	2
Subtotal administração	116	-	-	116	4	-	120
Parque eólico							
Acessos, obras e instalações	34.074	-	-	34.074	-	-	34.074
Sobressalentes	52	-	-	52	10	-	62
Transformador	1.090	-	-	1.090	-	-	1.090
Torres	5.582	-	-	5.582	-	-	5.582
Geradores	16.320	9	-	16.329	-	-	16.329
Nacelle	13.651	-	-	13.651	-	-	13.651
Pás	22.084	-	-	22.084	-	-	22.084
Outros materiais e equipamentos	32.136	45	-	32.181	13	-	32.194
Projetos sociais – doação (*)	140	98	(123)	115	-	(115)	-
Subtotal parque eólico	125.129	152	(123)	125.158	23	(115)	125.066
Provisão para desmobilização (**)	1.418	-	-	1.418	-	-	1.418
Direito de uso - Arrendamentos (***)	-	-	-	-	8.767	-	8.767
Imobilizado em operação	126.663	152	(123)	126.692	8.794	(115)	135.371
Depreciação da administração	(44)	(12)	-	(56)	(11)	-	(67)
Depreciação do parque eólico	(7.356)	(5.800)	-	(13.156)	(5.802)	-	(18.958)
Amortização desmobilização	(102)	(80)	-	(182)	(79)	-	(261)
Amortização direito de uso de arrendamentos	-	-	-	-	(228)	-	(228)
Depreciação acumulada	(7.502)	(5.892)	-	(13.394)	(6.120)	-	(19.514)
Total	119.161	(5.740)	(123)	113.298	2.674	(115)	115.857

(*) Trata-se de bens adquiridos como parte da cláusula de projetos sociais do empréstimo do BNDES.

(**) Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, a mesma contratou uma empresa terceirizada que apresentou um laudo técnico, precisando o custo de desmobilização da Usina Eólica. O estudo apontou que o custo aproximado de desmontagem do parque é de R\$ 1.418.

(***) Trata-se do direito de uso decorrente do contrato de arrendamento de terreno mantido pela Companhia, conforme apresentado na nota 3.1. Por não ter efeito de Caixa, essa adição não foi considerada na DFC.

No ativo imobilizado estão capitalizados custos de empréstimos e financiamentos ocorridos até 31 de dezembro de 2016, durante a fase de construção, no montante total de R\$ 4.972.

As taxas de depreciação anuais, de acordo com a vida útil estimada para cada componente são conforme a seguir apresentadas:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)
Administração	
Equipamentos gerais	10
Veículos de uso administrativo	20
Equipamentos gerais de informática	20
Urbanização e benfeitorias	8
	Taxas anuais médias de depreciação (%)
Parque eólico	
Sobressalentes	5
Transformador	2,86
Torres	3,33
Geradores	5
Nacelle	4
Pás	6,67
Outros materiais e equipamentos	5
Acesso, obras e instalações	3,33

Em 2019, a depreciação e amortização do exercício alocada ao custo das vendas monta R\$ 6.109 (em 2018, R\$ 5.880); às despesas, R\$ 11 (em 2018, R\$ 12).

A Companhia, anualmente, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

A Companhia cedeu, como garantia aos empréstimos e financiamentos, máquinas e equipamentos relativo ao projeto, adquiridos, montados ou construídos também com recursos do contrato de financiamento, conforme apresentado na Nota 10.

9 Arrendamentos a pagar

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia identificou um contrato de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado ao parque eólico em operação.

Para esse contrato, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento, conforme apresentado na Nota 3.1.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 11,60% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Durante o ano de 2019 a Companhia pagou o montante de R\$ 180 referente a esse contrato.

Em 31 de dezembro de 2019, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	Juros	Principal	Líquido
2020	(83)	441	358
2021	(84)	311	227
2022	(84)	312	228
2023	(85)	312	227
2024	(85)	313	228
2025 a 2057	<u>(2.104)</u>	<u>9.506</u>	<u>7.402</u>
Total	<u><u>(2.525)</u></u>	<u><u>11.195</u></u>	<u><u>8.670</u></u>

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

(i) Financiamento BNDES

A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com a finalidade de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Sobre o principal da dívida incidirão juros à taxa de 2,65% + TJLP ao ano. O principal da dívida será pago em 192 prestações mensais e sucessivas, já tendo sido pago até 31 de dezembro de 2019 o total de 52 prestações.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, como redução da dívida.

(ii) Debêntures

Em 15 de junho de 2015 a Companhia realizou emissão de 1.030 debêntures simples, no montante total de R\$ 10.300, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, a ser covelada em da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. As debêntures possuem vencimentos semestrais, iniciando em julho de 2017 até dezembro de 2026.

Sobre o principal da dívida decorrente da emissão das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a uma taxa de 9,43% + IPCA ao ano.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, como redução da dívida.

Esse endividamento está apresentado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 conforme demonstrado a seguir:

	Taxas	2019	2018
Empréstimos e financiamentos			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2,65% a.a. e TJLP	35.137	36.782
(-) Custos de captação de empréstimos e financiamentos		<u>(210)</u>	<u>(228)</u>
		34.927	36.554
Circulante		3.015	2.905
Não circulante		31.912	33.649
Debêntures			
(-) Custos de captação de debêntures	9,43% a.a. e IPCA	14.490	14.099
		<u>(154)</u>	<u>(98)</u>
		14.336	14.001
Circulante		1.593	1.258
Não circulante		12.473	12.743
Total empréstimos, financiamentos e debêntures		49.263	50.555

Os montantes por ano de vencimento têm a seguinte composição:

Vencimentos	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
2019	-	-	2.905	1.258
2020	3.015	1.593	3.073	1.331
2021	3.077	1.730	30.576	11.412
2022 em diante	<u>28.835</u>	<u>11.013</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	34.927	14.336	36.554	14.001

A seguir, conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	37.759	13.370	51.129
Amortização de principal	(1.502)	-	(1.502)
Juros pagos	(3.099)	(1.270)	(4.369)
Ingresso proveniente de novos empréstimos e financiamentos	45	60	105
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>3.351</u>	<u>1.841</u>	<u>5.192</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	36.554	14.001	50.555
Amortização de principal	(1.744)	(144)	(1.888)
Juros pagos	(2.952)	(1.328)	(4.280)
Ingresso proveniente de novos empréstimos e financiamentos	-	(95)	(95)
Amortização dos custos de captação	18	38	(56)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>3.051</u>	<u>1.864</u>	<u>4.915</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>34.927</u>	<u>14.336</u>	<u>49.263</u>

As obrigações decorrentes do contrato de financiamento com o BNDES e escritura de emissão de debêntures foram garantidas por fianças bancárias até 10 de dezembro de 2018 quando o BNDES atestou o atendimento das condições previstas contratualmente em relação à conclusão financeira do projeto e, em consequência, anuiu à liberação integral das cartas de fiança bancária relacionadas a seguir:

- **Carta Fiança 4525517**- Escritura de Emissão de Debêntures. Emitida em 16 de junho de 2017 pelo Banco ABC Brasil S.A.
- **Carta Fiança 4475917** - Contrato de Financiamento BNDES Nº 15.2.0287.1. Emitida em 5 de maio de 2017 pelo Banco ABC Brasil S.A.
- **Carta Fiança 4552017** - Contrato de Financiamento BNDES Nº 15.2.0287.1. Emitida em 10 de julho de 2017 pelo Banco ABC Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as garantias da operação do empréstimo do BNDES e das debentures são compartilhadas, podendo ser assim demonstradas:

- Os acionistas e suas intervenientes deram em penhor a totalidade das ações na Companhia de sua titularidade.

A Companhia cedeu fiduciariamente ao BNDES os direitos creditórios de que é titular provenientes do Contrato de Energia de Reserva n. 159/11 (CER). A Companhia, concedeu em penhor:

- Os direitos emergentes da autorização decorrente da Portaria nº 228 de 13 de abril de 2012;
- Máquinas e equipamentos relativo do projeto, a serem adquiridos, montados ou construídos com recursos do contrato de empréstimo e financiamento;
- Os direitos creditórios provenientes do contrato de fornecimento de bens e serviços para a implantação do Parque Eólico Malhadinha I (Aerogeradores), firmado em 5 de julho de 2013, entre a Beneficiária e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.;
- Os direitos creditórios provenientes do contrato de Operações e Manutenção durante o período de Pós Garantia dos Aerogeradores no Empreendimento EOL Malhadinha I, firmado em 28 de abril de 2014, entre a beneficiária e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.; e
- Os direitos creditórios provenientes de qualquer outro contrato relativo ao projeto que venha a ser celebrado e que seja relevante para sua operação e cuja contratação requeira anuência do BNDES.

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures, ICSD (Índice de Cobertura de Serviço de Dívida) igual ou superior a 1,30. Adicionalmente para as Debêntures, a Companhia deverá manter a projeção do ICSD, durante toda a vigência das Debêntures, índice projetado equivalente a 1,30, no mínimo. Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas. O não cumprimento de tais cláusulas restritivas podem culminar em vencimento antecipado das parcelas.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a administração da Companhia avaliou que foram cumpridas todas as exigências relacionadas às cláusulas restritivas.

11 Provisão para ressarcimento de energia

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 1.110 (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 2.140) se refere ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que será faturada conforme contrato de comercialização de energia elétrica.

12 Provisões

(i) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2019 e 2018, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil.

(ii) Provisão para desmobilização

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 1.520, (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 1.482) registrada no passivo não circulante com a finalidade de mensurar o custo de recuperação ambiental das áreas degradadas pela atividade explorada, o volume de material proveniente do desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do desmonte da EOL Malhadinha I.

A valorização dos materiais foi realizada, utilizando-se o preço do peso de cada material específico, comercializado por empresas de sucata. Para o cálculo do valor necessário para a remoção dos materiais do parque, foi adquirido dos fabricantes o peso de cada um dos principais componentes de uma central geradora eólica. Para cálculo dos recursos necessários para a desmobilização, foram estimadas horas/homem e horas/máquinas para desmonte, corte e fracionamento de componentes, bem como limpeza da área do parque, transporte e destinação do material gerado. Em dezembro de 2019, a Companhia realizou cálculo de atualização do valor da provisão para desmobilização dos seus ativos imobilizados, utilizando o IPCA.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Companhia é composto por 168.150 ações que correspondem a R\$ 80.212.

Em 6 de junho de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a saída da acionista Servtec Investimentos e Participações Ltda., com a alienação da totalidade das 84.075 ações ordinárias que possuía na Companhia em favor da Darby Servtec Energia – Fundo de Investimentos em Participações.

Conforme apresentado na Nota 1, a Darby Servtec Energia – Fundo de Investimentos em Participações e a Brave Winds Geradora II S.A. são os acionistas da Companhia, cada uma com 50% do capital social da Companhia.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia apurou prejuízos, não constituindo, portanto, reservas.

c. Dividendo mínimo obrigatório

Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

14 Receita líquida de vendas

	2019	2018
Receita de energia contratada	14.125	12.346
PIS	(92)	(80)
COFINS	(424)	(370)
	<u>13.609</u>	<u>11.896</u>

15 Custos das vendas

	2019	2018
Depreciações	(5.881)	(5.880)
Amortização do direito de uso de arrendamentos	(228)	-
Encargos de uso do sistema de transmissão - TUST	(1.851)	(1.797)
Custos regulatórios	(75)	(145)
Arrendamentos operacionais	-	(227)
Custos gerais	(117)	(149)
Custos com manutenção	(2.498)	(2.438)
Custos com pessoal	(97)	(296)
Serviços de terceiros	(389)	(328)
Custo sócio ambiental	(449)	(467)
Custos com infraestrutura	(121)	(136)
Outros custos	(6)	(9)
	<u>(11.712)</u>	<u>(11.872)</u>

16 Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Despesas gerais	(13)	(36)
Despesa com manutenção	(23)	(25)
Despesas com pessoal	(354)	(424)
Serviços de terceiros	(383)	(378)
Despesa com infraestrutura	(86)	(60)
Despesa com publicações	(54)	(48)
Depreciações	(11)	(12)
Projetos sociais	(115)	(123)
Outras despesas administrativas	(42)	(48)
	<u>(1.081)</u>	<u>(1.154)</u>

17 Resultado financeiro, líquido

	2019	2018
Juros sobre aplicações financeiras	441	540
Variação monetária ativa	6	6
Outras receitas financeiras	-	11
Receita financeira	447	557
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.915)	(5.192)
Despesas financeiras com arrendamentos	(82)	-
Fianças bancárias	(39)	(1.062)
Juros passivos	(13)	(3)
Imposto sobre movimentações financeiras - IOF	(10)	(3)
Outras despesas financeiras	(209)	(187)
Despesas financeiras	(5.268)	(6.447)
Resultado financeiro, líquido	<u>(4.821)</u>	<u>(5.890)</u>

18 Tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 3.888 (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 6.793), cujos ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

Imposto de renda e contribuição social - Corrente	2019	2018
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.005)	(7.020)
(+) Adições	117	228
(=) Prejuízo fiscal	<u>(3.888)</u>	<u>(6.793)</u>

19 Partes relacionadas

a. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Darby Servtec Energia – Fundo de Investimentos em Participações e pela Brave Winds Geradora II S.A., cada uma com 50% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, há o saldo de R\$ 55 de dividendos a distribuir aos acionistas, para o qual não há previsão para realização.

20 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2019	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros
Caixa e equivalentes de caixa	-	752	-
Depósitos vinculados	7.576	-	-
Contas a receber de clientes	-	1.314	-
Fornecedores	-	-	545
Empréstimos e financiamentos	-	-	34.927
Debêntures	-	-	14.336
Arrendamentos a pagar	-	-	8.670
Dividendos a pagar	-	-	55
Em 31 de dezembro de 2018			
Caixa e equivalentes de caixa	-	48	-
Depósitos vinculados	8.627	-	-
Contas a receber de clientes	-	1.218	-
Fornecedores	-	-	643
Empréstimos e financiamentos	-	-	36.554
Debêntures	-	-	14.001
Dividendos a pagar	-	-	55

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de juros; e,
- Risco operacional.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. Os recebíveis tem risco considerado baixo, considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

(i) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo departamento financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem R\$ 752 (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 48) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui o saldo de R\$ 7.576 (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 8.627) em depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

	A vencer em		A vencer		Totais	
	até 1 ano		acima de 1 ano			
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	3.015	2.905	31.912	33.649	34.927	36.554
Debêntures	1.593	1.258	12.743	12.743	14.336	14.001
Fornecedores	545	643	-	-	545	643
Arrendamentos a pagar	358	-	8.312	-	8.670	-

A estratégia financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez. Veja comentário adicional na Nota 1 referente ao capital circulante líquido negativo apresentado pela Companhia.

Risco de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas para travar o custo financeiro das operações.

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

21 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, podem ser assim sumariados:

	2019	2018
Total de empréstimos e financiamentos bancários	49.263	50.555
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(752)	(48)
Menos: Depósitos vinculados	<u>(7.576)</u>	<u>(8.627)</u>
Dívida líquida	40.935	41.880
Total do patrimônio líquido	<u>64.253</u>	<u>68.258</u>
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	<u>0,64</u>	<u>0,61</u>

22 Seguro

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As coberturas garantidas pelo presente seguro incluem, por exemplo, danos materiais de bens de terceiros em poder do segurado; bens do segurado em poder de terceiros; danos elétricos; quebra de máquinas; despesas de combate a incêndio; despesas de salvamento e contenção de sinistro; entre outros danos materiais.

23 Eventos subsequentes

Covid-19

O surto de uma doença contagiosa, o COVID-19, espalhou-se por diversos países. Em 3 de março de 2020, foi declarado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde.

Identificamos que o surto, também se apresentou em regiões relevantes e vinculadas as nossas operações, e a companhia pode vir a apresentar alguma dificuldade operacional em virtude das orientações advindas da O.M.S (Organização Mundial da Saúde) com vistas a quarentena de colaboradores que eventualmente apresentem quadro sintomático e/ou suspeita de contaminação.

A companhia não identificou problemas de abastecimento de peças e insumos para os processos de manutenção neste momento e possui de estoque de peças de reposição.

A BVS detem estoque de peças de reposição suficiente para manutenção e continuidade das operações da companhia.

Consideramos o risco baixo em paralisar as atividades pela falta de peças de reposição para manutenção neste momento, desta forma, não sofremos qualquer impacto material com relação ao COVID-19 em nossas operações, logística, vendas ou situação financeira.

A empresa seguirá avaliando continuamente os impactos sobre as operações e seus efeitos financeiros.

Mauro Rocha de Freitas
Diretor Financeiro

Renato Melo Gomes
Diretor Técnico

Antônio Werk Rodrigues Pereira
Contador CRC-CE 016296/0-8